

# **O Golpe de 1964: um olhar sobre a ação do setor empresarial na derrubada do presidente João Goulart**

*Déborah Rachel Ribeiro dos Santos\**

## **Introdução**

O âmbito político no Brasil é marcado por sucessivas tensões em suas várias esferas, o golpe de Estado de 1964 é um marco essencialmente importante para compreender a história recente da nação. O presente artigo tem como principal objetivo evidenciar a participação de um corpo empresarial majoritário na derrubada do presidente João Goulart, analisando assim a ascendência econômica do capital multinacional e associado na economia brasileira, levando em consideração o financiamento do empresariado e principalmente a concretização do golpe.

## **A penetração multinacional e integração da indústria**

Dentro do contexto histórico mundial, a Segunda Guerra pode ser considerada como um fator divisor que marcou a solidificação econômica e a supremacia política do capital monopolista<sup>1</sup> nos centros industriais e financeiros. Mediante as novas formas de capitalismo que se expressavam a nível global através de uma organização complexa e contraditória, as formações sociais nacionais tiveram como via de conformação básica as corporações multinacionais<sup>2</sup>. O cenário econômico brasileiro mostra um capitalismo tardio e dependente que posteriormente seria transnacional, oligopolista e subordinado aos centros de expansão do sistema capitalista. Durante o governo de Getúlio Vargas é notório a predominância de um capital “nacional”, todavia, anos seguintes o mesmo só conseguiria coexistir de forma significativa na economia brasileira de maneira associada ou em empresas que eram propriedade do Estado, levando ainda em consideração que mesmo diante desse fator o capital transnacional teria um papel central entre o Estado e corporações multinacionais, além disso, detinha o controle multinacional parcial das ações de empresas brasileiras, o que seria

---

\* Graduanda do curso Licenciatura em História pela Universidade Estadual do Maranhão, membro do Núcleo de Pesquisa em História Contemporânea (NUPEHIC) coordenado pela Prof. Dr<sup>a</sup>. Mônica Piccolo. [deborahrachel123@outlook.com](mailto:deborahrachel123@outlook.com)

<sup>1</sup> Capital monopolista ou capitalismo financeiro corresponde a um tipo de economia em que o grande comércio e a grande indústria são controlados pelo poderio econômico dos bancos comerciais e outras instituições financeiras.

<sup>2</sup> Uma empresa multinacional também conhecida como transnacional, é caracterizada por ter sua matriz em um determinado país e atuar no mercado de outros países. Sua origem é do final do século XIX, porém, a atuação dessas empresas no mercado mundial se intensificou após a Segunda Guerra Mundial, ou seja, a partir de 1945. O principal objetivo das empresas multinacionais é instalar filiais em outros países com o intuito de obter máxima lucratividade, os fatores que contribuem para a construção de filiais são: isenção de impostos, amplo mercado consumidor, infraestrutura, matéria-prima, energia e mão de obra barata.

determinante para ditar tanto o crescimento econômico do Brasil como também o nível de industrialização e avanços tecnológicos em determinados setores nacionais.

As novas relações econômicas e políticas se deram a partir da penetração na economia nacional de um bloco multinacional sendo este liderado por diversos interesses norte-americanos. O crescimento da concentração econômica, a centralização de capital e o processo de controle oligopolista de mercado foram consequências das novas relações e influências que ao longo da construção de um corpo empresarial majoritário no Brasil foram sendo estabelecidas. Na obra produzida pelo cientista político René Armand Dreifuss, *1964: A Conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe*, o mesmo relata a ação do grupo de empresários dentro do processo de apoio e principalmente de financiamento do golpe de 1964, relatando também a formação do complexo IPES/IBAD<sup>3</sup>, dois órgãos extremamente essenciais, que serviram como braços propulsores da ditadura militar. Dreifuss em sua obra segue trabalhando com dados fornecidos pelo ICS (Instituto de Ciências Sociais) da Universidade Federal do Rio de Janeiro, o qual coleta informações fundamentais para se compreender o crescente peso econômico do bloco de poder multinacional e associado no Brasil no início da década dos anos sessenta, em que evidencia o número dos grandes grupos econômicos:

Através da pesquisa foi feito um levantamento de dados dos grandes grupos econômicos e estimado um universo de 276 grupos bilionários. Desses grupos, 221 tinham um valor de capital mais reservas das empresas que se situavam na faixa de 900 milhões a 4 bilhões de cruzeiros. Foram identificados 55 grupos cujo capital próprio ultrapassava a cifra dos 4 bilhões de cruzeiros; esses foram chamados de “grupo multibilionário”. (DREIFUSS, 1981, p.49).

Como pode ser observado a partir da perspectiva do autor René Dreifuss, dentro contexto político-econômico do Brasil principalmente nos anos de 1960, pode-se perceber a inserção de um grupo multinacional em grande escala no bloco econômico da nacional, podendo classificá-los como bilionários ou multibilionários. A busca pelo mercado consumidor e os investimentos nos setores nacionais mais desfavorecidos foram elementos primordiais para compreender como se configurou este momento específico da economia, contudo, além disso, é possível captar a influência que esses grupos empresariais possuíam ou pretendiam possuir dentro do cenário político, viabilizando cada vez mais atender aos interesses internacionais. A

---

<sup>3</sup> IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais) foi uma organização anticomunista fundada em 1959. IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática), vocação igualmente anticomunista, foi fundado em novembro de 1961, logo após a renúncia de Jânio Quadros. O Instituto, segundo seus fundadores, era uma agremiação apartidária com objetivos educacionais e cívicos.

tabela a seguir demonstra a quantidade de grupos “nacionais” e multinacionais com o valor de capital proeminente dentro da esfera econômica.

**Tabela 1 – Número dos grupos estrangeiros e nacionais a partir do valor do capital**

Valor do capital	Grupos estrangeiros	%	Grupos Nacionais	%
900 milhões a 1 bilhão e 500 milhões	19	65,5	15	27,7
1 bilhão e 500 milhões a 3 bilhões	10	34,5	34	62,9
3 a 4 bilhões	—	—	5	9,4

Fonte: T. dos Santos, 1969. p.52-53 J. Antônio Pessoa de Queiroz, ICS, 1965. p.152 apud DREIFUSS, 1981, p.50.

(Em 1962, o valor do dólar aumentou de Cr\$ 100,00 para Cr\$ 200,00 no fim do ano).

Dentro da faixa numerosa de grupos bilionários e multibilionários atuantes no Brasil é notório, tomando como embasamento os estudos do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, a presença de um universo estimado em 221 unidades. Dentro dessa quantia 83 grupos bilionários foram escolhidos para serem examinados pelo autor René Dreifuss para que assim fosse possível averiguar o volume de capital das empresas pertencentes a esses grupos. Vinte e cinco dos 54 grupos nacionais que representavam 46%, possuíam ligações através de empreendimentos comuns com grupos multinacionais, analisando de forma geral partindo assim do universo de 221 unidades detectadas anteriormente, 144 eram “nacionais” e 77 multinacionais, contudo, apesar do majoritarismo em termos numéricos dos grupos “nacionais” bilionários os mesmos detinham menor capacidade de concorrência de mercado, pois a baixa tecnologia em determinados setores acarretavam certas desvantagens, limitando dessa forma algumas atividades que

geravam assim a necessidade deste conjunto específico de investidores em operar no mercado oligopolista controlado por companhias multinacionais<sup>4</sup>.

As relações que os grupos “nacionais” multibilionários possuíam com grupos transnacionais, fomentaram ainda mais a supremacia do capital estrangeiros atuante na economia da nação, observa-se isto de maneira mais clara a partir das diferenças do montante de capital de grupos multinacionais e locais. A atuação do corpo empresarial estrangeiro não era algo novo para o contexto econômico do Brasil, muito menos a penetração deste capital em setores selecionados. Na obra do autor José Ênio Casalecchi *O Brasil de 1945 ao Golpe Militar*, pode-se perceber que já no projeto de governo de Getúlio Vargas para o desenvolvimento das atividades industriais nos setores de infraestrutura, desenvolvimento da indústria de base, a busca por recursos públicos e privados e a ação das empresas estatais, constata-se alguns investimentos internacionais em áreas específicas sendo por muitas vezes projetos estruturados pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos:

Desde o início do governo, reiterou-se a necessidade de se resolver o grave problema das carências de energia e transporte, como essenciais para o desenvolvimento econômico do país; época em que o Congresso recebe o Programa do Petróleo Nacional, com a proposta de criação da Petrobrás, o que acaba ocorrendo em 1953 com a ampla mobilização popular; caberia à União o monopólio no que se refere à pesquisa, lavra e refino do petróleo, enquanto a comercialização de seus derivados seria realizada pelas empresas estrangeiras já instaladas no país. Com relação à energia elétrica, em 1954, é apresentado o Plano Nacional de Eletrificação. Quanto ao setor de transporte, desde 1951 a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos encarregava-se de elaborar projetos para essa área. Vale a pena mencionar a ação dessa Comissão: entre 1951 e 1953 apresenta 41 projetos, em especial para os setores de energia e transporte. Desses projetos, somente 15 receberam financiamento, num total de 189 milhões de dólares, e uma única empresa estrangeira obteve, desse total, 60 milhões. Havia interesses de empresas norte-americanas, ligadas a grupos econômicos nacionais, em investimentos nessas áreas. (CASALECCHI, 2015, p.24).

Conforme a pesquisa de José Ênio o interesse dos principais investimentos estrangeiros em setores seletos se mostra de forma mais clara, evidenciando assim as áreas que gerariam mais lucro para o momento em questão. Retomando e analisando alguns aspectos encontrados na obra *1964: A Conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe*, é possível compreender também a prioridade dos grupos multinacionais na penetração de setores seletivos, fornecendo serviços específicos voltados neste momento para manufatura:

---

<sup>4</sup> As companhias multinacionais atuantes no Brasil evidenciadas no presente texto se dividiam entre alemães, britânicos, franceses, canadenses, italianos, suíços, todavia, principalmente norte-americanos.

O controle oligopolista de mercado baseava-se principalmente na preferência multinacional pela penetração setorial seletiva, especializada e concentrada, e na integração tecnológica e financeira. Até a década de cinquenta, o capital transnacional havia se estabelecido em serviços, extração e comercialização de produtos agrícolas e em menor grau, em empresas industriais. Através do Plano de Metas, os interesses multinacionais no Brasil redirecionaram seus investimentos para outros setores e expandiram a economia local em direção à manufatura, no que foi chamado de “segundo estágio de substituição de importação”. (DREIFUSS, 1981, p.51).

Existia a clara preferência dos grupos multinacionais (principalmente americanos) pelo setor industrial e no início da década de sessenta 78,8% dos grupos multibilionários tinham como atividade principal a indústria. É possível perceber na seguinte tabela analisada por René Dreifuss a distribuição dos grupos multibilionários que consistiam em 55 grupos e dos bilionários que consistiam em 83 grupos, comparando assim o setor de atividade realizada e a nacionalidade.

**Tabela 2 – Comparação do setor de atividade realizada e nacionalidade dos grupos bilionários e multibilionários**

SETORES	BILIONÁRIOS				MULTIBILIONÁRIOS			
	Estrangeiros		Nacionais		Estrangeiros		Nacionais	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Indústria	25	86,2	40	74,1	26	83,9	17	70,8
Comércio	2	6,9	10	18,5	4	12,9	3	12,5
Bancos	2	6,9	4	7,4	1	3,2	4	16,7
TOTAL	29	100,0	54	100,0	31	100,0	24	100,0

Fonte: T. dos Santos, 1969. p.54 M. Vinhas de Queiroz, ICS, 1965. p.65 apud DREIFUSS,1981, p.53.

Examinando a amostragem é perceptível a atuação de ambos os grupos no setor industrial, podendo assim concluir que a forte integração tecnológica através do capital foi de grande importância para pensar na posição de primazia transnacional ocupada no espaço de mercado brasileiro pelas empresas multinacionais:

A integração tecnológica favorecia a tendência de concentração em setores especializados de atividades, permitindo assim uma maior integração das companhias multinacionais, as quais tendiam a dominar o mercado em sua concorrência com grupos econômicos “nacionais”. (DREIFUSS, 1981, p.54).

A economia brasileira era dominada pelas grandes companhias multinacionais e “nacionais” e os interesses por parte dos grupos multinacionais neste momento estavam direcionados ao setor secundário, porém a grande questão para levar como reflexão sobre a influência desses grupos, é que através do controle oligopolista do mercado as grandes companhias multinacionais ditavam o ritmo e a orientação da economia brasileira, mostrando assim uma complexa teia de dependência por parte do espaço econômico nacional, que posteriormente levaria a forte pressão sobre governo que essas companhias exerceriam.

### **A participação empresarial no Golpe Militar**

A ditadura militar no Brasil foi um período caracterizado, sobretudo pela repressão, censura e a extrema violência aos direitos humanos e mesmo após exatos 54 anos do fim do regime militar, ainda é possível enxergar as profundas marcas deixadas pelas atrocidades cometidas neste momento ainda tão recente em nossa história. O golpe militar foi arquitetado com a participação civil com destaque para a comunidade empresarial, dentro deste processo necessitava-se conquistar a sociedade brasileira com a propaganda anticomunista levando posteriormente a um grande projeto político regado de muito dinheiro para estruturar o esquema de controle social baseado em armamento e repressão incisiva:

[Quando ocorreu o golpe] praticamente toda classe média e setores importantes dos trabalhadores rurais e urbanos estavam ganhos pela propaganda anticomunista. Seus principais veículos foram os organismos financiados pelos Estados Unidos, o Partido Social Democrático (PSD), a União Democrática Nacional (UDN) e a Igreja Católica, especialmente sua hierarquia, que se une à agitação contra o governo, amparada pela grande imprensa e enseja as célebres ‘marchas da família, com Deus, pela liberdade’. (ARNS, SOBEL, WRIGHT, 1985, p.59).

O golpe de Estado de 1964 deve ser visto de forma minuciosa para compreender como se estabeleceu as diversas relações anterior e posteriormente a este período. Analisando as ligações formadas entre os diversos grupos que contribuíram para a deposição de João Goulart, “Duas associações de empresários se destacavam nessas iniciativas de desestabilização: o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD)”. (FICO, 2014, p.34).

No livro *1964: A Conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classes*, Dreifuss desenvolve uma discussão em torno da relação entre o complexo IPES/IBAD e o grupo de militares, bem como a participação ativa dos grupos multinacionais e associados, explicando a complexa e bem estruturada relação que se conformou anterior ao golpe da década de sessenta:

As sementes do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais – IPES, como também as do Instituto Brasileiro de Ação Democrática – IBAD, e do Conselho Superior das Classes Produtoras – CONCLAP, foram lançadas ao final da administração de Juscelino Kubitschek (cujos excessos inflacionários e estilo populista geraram o descontentamento entre os membros do complexo IPES/IBAD) e durante a presidência de Jânio Quadro, em cujo zelo moralista eles depositavam grandes esperanças. Embora interesses multinacionais e associados, individuais ou mesmo setoriais fossem devidamente articulados através da administração paralela, não havia nenhuma liderança política reconhecida e organizada ao final de 1960, exceto as associações de classe de cunho menos abrangente. Foi então que, conforme Paulo Ayres Filho, empresário e ex-diretor do Banco do Brasil no governo de Jânio Quadros, ‘alguns franco-atiradores de São Paulo e do Rio de Janeiro se reuniram pela primeira vez. Todos eles (talvez dez ou doze no máximo) eram relativamente jovens executivos da geração nascida durante a Primeira Guerra Mundial ou pouco depois dela’. De acordo com a versão conhecida, o contato de Paulo Ayres Filho foi feito pelo empresário de origem americana Gilbert Huber Jr., residente no Rio, a quem foi dada a incumbência de recrutar homens de negócios em São Paulo. Paulo Ayres Filho, por sua vez, recrutou João Batista Leopoldo Figueiredo, importante empresário multinacional e ex-presidente de Banco do Brasil no governo de Jânio Quadros. J.B. Leopoldo Figueiredo se tornou líder do IPES de São Paulo. Com a súbita renúncia de Jânio Quadros, em agosto de 1961, decidiu-se ativar o grupo. (DREIFUSS, 1981, p.162).

Dessa maneira, partindo da pesquisa feita por Dreifuss nota-se que os nomes que marcaram fortemente este processo, tinham direta ligação com grandes companhias empresarias que financiaram direta ou indiretamente a repressão no Brasil em 1964.

A jornalista e pesquisadora Denise Assis, durante a 114ª audiência pública da Comissão da Verdade “Rubens Paiva”<sup>5</sup>, abordou o funcionamento do IPES, e em sua pesquisa foi possível identificar uma série de filmes produzidos pelo órgão e mesmo que essas produções não abordassem diretamente a deposição do presidente João Goulart, tratavam de trabalhar com o discurso de um sistema governamental que funcionava precariamente ou encontrava-se sem recursos, com a finalidade de criar um clima de insatisfação, sendo este responsável pelo domínio da opinião pública no sentido da necessidade de um golpe militar. Ainda em

---

<sup>5</sup> Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva” consiste em uma plataforma virtual que produz arquivos abertos ao público referente aos casos de tortura durante a Ditadura militar no Brasil, disponibilizando livros, arquivos, nomes de mortos e desaparecidos e relatórios.

pesquisa Denise Assis observou que estes filmes produzidos obtinham o financiamento por parte dos empresários, sendo que em 1963 eram destinados mensalmente 4 milhões de dólares para produção de quinze programas semanais de TV e tinham sua origem em meio a 125 empresas que disponibilizavam quantias variadas:

[...] em 1963, indústria de São Paulo contribuía mensalmente com 1 milhão e 280; a indústria da Guanabara [antigo nome do Estado de Rio de Janeiro] com 560 mil; o comércio de São Paulo com 560 mil; bancos com 160 mil mensais; seguradoras, enfim, era um conjunto bastante expressivo, um valor muito alto de dinheiro e eles eram utilizados na compra de espaço na mídia, na confecção de programas de televisão, ao valor de 500 mil só para serem veiculados, eram passados nas principais TVs: TV Excelsior, TV Cultura, TV Record, TV Tupi e TV Rio. (ASSIS, 2014, apud TOMO I, Comissão da Verdade, p.5).

Seguindo o depoimento da pesquisadora Denise Assis, o IPES se reunia para discutir os rumos do país e o IBAD era uma resistência de ultradireita a João Goulart, formado por deputados pelo governo americano. A ação direta do capital estrangeiro tanto no setor econômico como no setor político seria fundamental para o cenário que se concretizaria em 1964, as grandes corporações atuantes no Brasil, estariam à frente da campanha contra o governo do atual presidente do país durante aquele período, dando apoio financeiro e agindo através de seus diretores que operariam como ativistas políticos. René Dreifuss analisa de forma direta a ação do corpo empresarial chegando ao fim do governo de João Goulart e direciona uma reflexão para a posição que muito empresários assumiriam após o golpe de Estado:

Posteriormente, alguns líderes do IPES também se envolveram no lado mais sórdido das operações de informação. O seu líder e empresário Henning Boilesen incluía-se entre os responsáveis pela consolidação de um esquema de apoio financeiro para o aparelho repressivo da polícia e das Forças Armadas. H. Boilesen reuniu um grupo de empresários que contribuía financeiramente e fornecia equipamentos para as organizações de segurança. Esse apoio mostrava uma outra dimensão da coordenação entre empresários e militares.(DREIFUSS, 1981, p. 424).

O número de empresários que ocupavam cargos de administração do Estado ou ministérios após o golpe militar de 1964 eram em sua grande maioria do complexo IPES/IBAD, Dreifuss aborda em sua produção a posição que estas figuras assumiriam após a deposição do presidente, mostrando no dado momento de forma mais direta a influência e poderio destes grupos.

## **Considerações Finais**

A ditadura brasileira foi uma das mais longas do continente latino-americano. Um golpe de Estado, que teve à frente os militares com apoio de setores civis, instaurando um governo autoritário que durou de 1964 a 1985. Dentro desse recorte temporal, o Brasil sofreu com a intensa repressão e censura. Graves violações de direitos humanos foram praticadas, por agentes públicos, contra aqueles que discordavam politicamente do regime ditatorial. Mesmo que a ditadura militar brasileira seja objeto de diversas pesquisas e publicações, existe a necessidade de um olhar que esteja voltado para relações geridas pelo capital que arquitetou e financiou este período, entendendo que a o capitalismo tardio e dependente do Brasil foi apenas o início de uma longa etapa tanto na esfera política quanto na esfera econômica. Tendo em vista a complexidade do Golpe de Estado de 1964, precisa-se compreender como as relações político-econômicas que foram sendo estabelecidas ao longo dos anos desempenharam um papel fundamental neste processo.

A ditadura empresarial-militar implantada no Brasil na década de sessenta, em sua estrutura e consolidação não possuiu nada de simples e repentino, pelo contrario, foi um longo processo de formação de vínculos e interesses por parte grupos específicos, principalmente em relação ao setor financeiro na qual as grandes corporações “nacionais” e multinacionais atuantes no bloco econômico nacional, destacando aqui o complexo IPES/IBAD, adquiriram sua força ao longo dos anos tornando-se elementos fundamentais na deposição do presidente João Goulart.

## **Referências Bibliográficas**

ARNS, Dom Paulo Evaristo; SOBEL, Rabino Henry; WRIGHT, Jaime. **Brasil: nunca mais**. Editora vozes, 1985

CASALECCHI, José Ênio. **O Brasil de 1945 ao Golpe Militar**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015.- ( Representando a História).

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe**. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 1981.

FICO, Carlos. **O Golpe de 64: momentos decisivos**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

SCHWARTCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma bibliografia**. 1ªed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 412-437.

SPOHR, Martina. **A relação empresarial-militar entre Brasil e Estados Unidos no golpe de 1964. Militares e política**. LEMP-IH/UFRJ. n.09, p. 52-63, jul./dez.2011.

**Comissão da Verdade do Estado de São Paulo: O financiamento da repressão**. 2012. Disponível em: <<http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/relatorio/>>. Acesso em: 03 abr. 2018.